

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Escola Secundária de
Caldas das Taipas
GUIMARÃES

13 e 14 dez.
2011

Área Territorial de Inspeção
do Norte



1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da [Escola Secundária de Caldas das Taipas – Guimarães](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre [13 e 14 de dezembro de 2011](#). As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola e o contraditório apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2011-2012** estão disponíveis na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária de Caldas das Taipas, situada na zona norte do concelho de Guimarães, foi alvo recente de obras de requalificação, no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar. Na sequência da avaliação externa realizada em 2006, celebrou, com a Direção Regional de Educação do Norte, um Contrato de Autonomia, homologado, em 10 de Setembro de 2007, pela Senhora Ministra da Educação.

No ano letivo de 2011-2012, é frequentada por 1227 alunos: 774 nos cursos científico-humanísticos (31 turmas), 417 em cursos profissionais (20 turmas) e 36 em cursos de educação e formação de adultos, nas tipologias B3 (uma turma) e secundário (uma turma). A diversidade linguística não é muito significativa, registando-se a presença de 79 alunos de outras nacionalidades. Relativamente à ação social escolar, verifica-se que 54% dos alunos não beneficiam de auxílios económicos. Já no que respeita às tecnologias da informação e comunicação, 81% dos alunos possuem computador e *internet* em casa.

O ensino é assegurado por 136 docentes, 73% pertencentes aos quadros. A experiência profissional é significativa, pois 70% lecionam há 10 ou mais anos. O pessoal não docente é composto por 34 elementos, dos quais 68% têm 10 ou mais anos de serviço.

Os indicadores relativos à formação académica dos pais dos alunos permitem verificar que 3% têm uma formação de nível superior e 15% secundária ou superior. Quanto à ocupação profissional, 10% dos pais exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio.

No ano letivo de 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis de contexto da Escola situam-se abaixo dos valores medianos nacionais.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

No ano letivo 2009-2010, a taxa de conclusão do 12.º ano e a média das classificações finais da disciplina de Português situaram-se além do valor esperado. Por sua vez, a média das classificações finais da disciplina Matemática situou-se em linha com aquele valor.

Em 2010-2011 as taxas de transição/conclusão dos 10.º, 11.º e 12.º anos apresentam valores superiores aos indicadores nacionais de referência.

Relativamente aos exames nacionais do ensino secundário, nos três últimos anos, destacam-se, pela positiva, a evolução das médias das classificações de Biologia e Geologia e Física e Química e, pela negativa, o decréscimo das médias das classificações de Português, Matemática e História.

De acordo com os elementos fornecidos pela Escola, no contexto de um território educativo muito marcado pelo abandono escolar precoce, o trabalho levado a efeito em conjunto com as famílias tem

vindo a resultar numa redução significativa das taxas de abandono/desistência que, em 2010-2011, se fixaram em 4,5% no 10.º ano, 0,6% no 11.º ano e 2,9% no 12.º ano.

Nos três últimos ciclos de formação dos cursos profissionais, as taxas de conclusão situaram-se, respetivamente, em 90% (2006-2007 a 2008-2009), 83% (2007-2008 a 2009-2010) e 83% (2008-2009 a 2010-2011), registando-se assim um aumento progressivo da taxa de desistência (10%, 14% e 15%, respetivamente)

RESULTADOS SOCIAIS

A abordagem às dimensões da educação cívica e para a cidadania operacionaliza-se por via da participação dos alunos nos órgãos e nas estruturas onde têm assento. No entanto, o seu envolvimento na discussão dos documentos estruturantes da Escola ainda é pouco significativo. Verifica-se que os alunos apresentam um maior conhecimento sobre aspetos do regulamento interno do que sobre o projeto educativo. Porém, a participação dos alunos na programação das atividades é consistente e fortemente mobilizadora. Para além da sala de aula, a sua auscultação ocorre nas assembleias de delegados e através da caixa de sugestões localizada no átrio da Escola. A associação de estudantes revela-se muito empenhada e dinâmica, quer na organização de eventos inscritos no seu plano de atividades, quer na mobilização dos alunos para a sua concretização. Nos espaços escolares vivenciam-se quotidianamente eventos que propiciam diferentes experiências de aprendizagem, sendo evidente um saudável relacionamento interpessoal pautado pelo cumprimento das regras e pela disciplina.

Para além do mais, importa salientar o envolvimento dos alunos em iniciativas de solidariedade, trabalho voluntário e de apoio à inclusão, com destaque para a animação domiciliária, banco alimentar, recolha de eletrodomésticos, recolha de brinquedos para a aldeia SOS e limpeza da mata.

A monitorização do percurso escolar dos alunos, sustentada em indicadores de prosseguimento de estudos e de empregabilidade, tem permitido à Escola avaliar o impacto das aprendizagens e (re)orientar a sua ação educativa.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

Os resultados dos questionários de satisfação, aplicados a alunos, encarregados de educação e trabalhadores, expressam uma predominância de aspetos positivos, o que evidencia um elevado grau de satisfação da comunidade com os serviços prestados pela Escola.

Os alunos assinalam positivamente e com muita expressividade os aspetos relacionados com o desempenho docente, as aprendizagens com as experiências que fazem nas aulas e a exigência do ensino. A maior insatisfação está relacionada com o serviço do refeitório. Na perspetiva dos encarregados de educação, o bom ensino da escola, os bons resultados, a satisfação que os filhos revelam pela forma como são tratados e a segurança são os indicadores mais valorizados. Menos favorável é a apreciação feita aos serviços de refeitório e bufete. Os docentes destacam muito positivamente a liderança da escola, a disponibilidade da direção, a limpeza, a segurança, o conforto das salas de aula, a abertura da escola ao exterior e o funcionamento dos serviços administrativos. Os trabalhadores não docentes revelam-se muito satisfeitos com o seu local de trabalho, reiterando a disponibilidade da direção e a abertura da escola ao exterior como muito positivos.

A Escola responde às expectativas e interesses dos seus alunos com uma oferta educativa diversificada, complementada por iniciativas (projetos, clubes, visitas de estudo) motivadoras e valorizadoras do saber e do conhecimento.

A comunidade educativa salienta o papel fortemente mobilizador da Escola em torno dos objetivos inscritos no Contrato de Autonomia, destacando o seu contributo no desenvolvimento da comunidade

local. É ainda de sublinhar as parcerias estabelecidas com entidades locais e o Programa Novas Oportunidades que permitiu elevar os níveis de qualificação da população adulta e a valorização do papel da escola e da formação ao longo da vida.

Em síntese: Os pontos fortes predominam na maioria dos campos em análise, sendo muito elevada a satisfação dos alunos, dos encarregados de educação e do pessoal docente e não docente. A ação da Escola tem produzido um impacto em linha ou acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio Resultados.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

As estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica asseguram a articulação e gestão curricular, na aplicação dos conteúdos programáticos, existindo dinâmicas de trabalho cooperativo dos professores no domínio do planeamento das atividades letivas, na partilha de recursos didáticos e instrumentos de avaliação diagnóstica ou formativa e, também, na verificação periódica do cumprimento dos programas. Num primeiro momento, as planificações programáticas são trabalhadas numa ótica disciplinar e, num segundo momento, são trabalhadas numa ótica de turma, através da elaboração do correspondente plano de trabalho. Esta lógica de gestão permite a adequação do currículo às necessidades dos alunos e potencia o alcance de mais e melhor sucesso escolar. Porém, ainda que estas práticas se encontrem bem consolidadas, no seio dos departamentos curriculares e dos conselhos de turma, persistem fragilidades na transição dos alunos para o 10.º ano, dada a falta de cooperação sistemática com as suas escolas de origem.

O plano anual de atividades e o plano estratégico de desenvolvimento da Escola para 2009-2013 são instrumentos de mobilização e orientação pedagógica, que têm permitido a contextualização de componentes curriculares, sob a forma de projetos científicos e outras atividades estruturadas, bem como a operacionalização de articulações de âmbito local, regional, nacional e internacional, com impacto consistente na melhoria das aprendizagens dos alunos.

Os planos de trabalho de turma contemplam e asseguram a coerência entre o ensino e a avaliação. Os alunos reconhecem que estas dimensões são trabalhadas de forma articulada, dada a existência de critérios que lhes são transmitidos, bem como de práticas generalizadas de autoavaliação. Ainda assim, é reconhecida a necessidade de aprofundar a coerência entre os critérios estabelecidos e as classificações atribuídas.

PRÁTICAS DE ENSINO

No âmbito do processo de ensino e aprendizagem, a Escola tem sabido articular as práticas letivas com as características das turmas e os recursos utilizados para a consolidação das aprendizagens. Os planos de trabalho das turmas estabelecem um diagnóstico inicial sobre os alunos e procuram estabelecer um alinhamento entre a planificação e a ação no espaço sala de aula, tendo em conta os ritmos de aprendizagem dos alunos. A reflexão conjunta dos docentes sobre os resultados da avaliação contínua complementa este trabalho e tem permitido monitorizar as aprendizagens e procurar soluções para os problemas e dificuldades identificados. Os alunos exprimem ampla satisfação sobre o trabalho dos docentes, reconhecem-lhe rigor e exigência e destacam, muito positivamente, o trabalho experimental em sala de aula. A mobilização contínua de recursos tecnológicos para a prática letiva, a que não é alheio o facto de as salas de aulas se encontrarem bem apetrechadas, emerge como estratégia motivacional de aprendizagens. É evidente a orientação do trabalho letivo para o integral cumprimento

dos programas e a preparação dos alunos para os exames nacionais. A supervisão deste trabalho ocorre de forma indireta nas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica.

A Escola revela consciência de que o trabalho em sala de aula nem sempre é suficiente para suprir as dificuldades que advêm dos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos. Encontrar respostas para estes desafios tem sido uma das tarefas mais marcantes do quotidiano escolar. Neste sentido, os dispositivos organizacionais e as modalidades de apoio orientadas para as aprendizagens e para o desenvolvimento pessoal e social são abundantes e têm permitido incluir os alunos que mais delas precisam.

Refira-se que, no âmbito da qualidade e gestão dos tempos escolares, foi criado um mecanismo de monitorização permanente de aulas não lecionadas, o que tem permitido a operacionalização de permutas e reposições de aulas.

Tendo em conta as características sociais e económicas do meio envolvente, a oferta formativa é diversificada e está sustentada numa estratégia de inclusão, permitindo, através da via profissionalizante, encontrar respostas mais práticas e mais imediatas para uma parte significativa da população escolar. As visitas de estudo a empresas e locais de interesse histórico e cultural e os intercâmbios de carácter nacional e internacional têm sido aproveitados como oportunidades de promoção do sucesso educativo. A dimensão artística é promovida através do envolvimento dos alunos na dinamização de atividades orientadas para esta finalidade.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

As modalidades de avaliação das aprendizagens dos alunos são diversificadas, compreendendo a avaliação diagnóstica, formativa e sumativa. Estas modalidades de avaliação integram os planos de trabalho das turmas e enquadram-se no planeamento das atividades disciplinares. Com regularidade, são elaboradas matrizes comuns para a construção dos instrumentos de avaliação diagnóstica e aferidos critérios e instrumentos para a operacionalização das outras modalidades. Assim, a confiança na avaliação interna é promovida através da definição de critérios de avaliação gerais e específicos para cada disciplina, da adoção de instrumentos normalizados de registo, bem como de um trabalho triangulado com as avaliações externas nacionais (exames e testes intermédios) ou com os resultados das provas do Programa Avaliação das Escolas Secundárias. Os alunos demonstraram conhecer os critérios de avaliação específicos de cada disciplina, ainda que a sua aplicação não resulte clara.

A Escola procede à monitorização contínua e sistemática da eficácia dos apoios educativos, concretamente junto dos alunos que dispõem de apoio no âmbito da ação social escolar, concluindo-se que os indicadores de sucesso destes alunos não divergem dos restantes.

O acompanhamento do trabalho de cada professor efetua-se através do balanço regular e periódico das atividades, nomeadamente o cumprimento das planificações elaboradas por disciplina e os resultados alcançados face às metas estabelecidas. As tarefas de monitorização das atividades e a procura de soluções para os problemas de leção identificados cabem à coordenação de cada departamento curricular.

Em conclusão, a ação da Escola tem produzido impacto na melhoria das aprendizagens e dos percursos escolares dos alunos. Ainda que se registem alguns aspetos menos conseguidos, os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise o que justifica a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio Prestação do Serviço Educativo.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

Os dados recolhidos, nomeadamente através da observação e da interlocução com os diversos atores educativos, permitem concluir pela presença de uma liderança carismática, persuasiva e mobilizadora do diretor, reforçada pela notória experiência à frente da Escola e pelo conhecimento sustentado da sua evolução e dinâmica ao longo dos anos. A existência de uma definição estratégica de objetivos, marcada por uma continuidade temporal e, atualmente, muito centrada na prossecução de resultados mensuráveis, com incidência particular nos que se referem ao desempenho académico dos alunos, aparece reforçada pela partilha e interiorização de uma cultura de escola que, entre outras características, afirma e reforça como desejável a manutenção de padrões de realização capazes de contrariar os fatores adversos do meio.

Não indiferentes às metas previstas no Contrato de Autonomia que a Escola subscreveu, os dados relativos aos trajetos escolares dos alunos são em geral convergentes com a referida cultura de escola, na qual sobressai não apenas a liderança de topo, mas igualmente a ação significativa dos professores e das lideranças intermédias. Assim, considerando as variáveis de contexto, as condições organizacionais e o trabalho de todos os que realizam a ação educativa da Escola, nomeadamente do diretor, os objetivos e metas definidos têm sido alcançados ou revelam uma tendência que vai nesse sentido, com as especificidades já atrás referidas.

Se, por um lado, algum défice de participação da comunidade, sobretudo em relação aos pais e encarregados de educação, tem vindo a ser contrariado, sobressaem, por outro lado, as dinâmicas resultantes da ação de múltiplos atores sociais e institucionais que, sob a coordenação da Escola, se articulam numa rede importante de parcerias locais. É ainda de relevar, o desenvolvimento sustentado de projetos, como o premiado jornal escolar *Trigal*, apoiado por empresas locais, e muito outros que, aproveitando oportunidades disponíveis no contexto nacional e europeu (como são, neste último caso, exemplos o Programa *Comenius* ou mesmo o Programa *Leonardo da Vinci*), constituem também importantes dimensões e oportunidades educativas da Escola.

GESTÃO

Os processos de gestão ocorrem num clima de solidariedade institucional, assente na distribuição de pelouros e responsabilidades pelos membros de uma equipa. O próprio conselho geral, embora assumindo um papel importante, mas sem notória centralidade organizacional, deu indicações claras de convergência colaborativa e de partilha de responsabilidades. No âmbito dos recursos disponíveis, é consensual o facto de, doravante, se poder contar com uma escola requalificada e ampliada. Neste aspeto, tornam-se particularmente expressivas as tarefas, já concluídas, de reorganização dos novos espaços disponíveis, com uma adequada distribuição do serviço docente e de garantia de efetividade e continuidade pedagógicas. As condições de trabalho para os docentes e outros atores educativos são, em decorrência dos novos recursos físicos, particularmente adequadas. Ainda em termos de recursos materiais, informáticos e didático-pedagógicos, observou-se uma criteriosa distribuição e alocação, desde a sala de professores, às salas de aula, aos gabinetes e aos laboratórios.

As referências que sugerem algumas reticências por parte de alunos, professores e outros utentes dizem respeito ao fornecimento de refeições por parte de uma empresa privada, as quais apesar das diligências já efetuadas, não parecem corresponder às características desejáveis. A adequação das tarefas ao perfil dos atores e a sensibilidade para desenvolver ações de formação contínua, assentes no voluntariado, mesmo na ausência de uma oferta regular por parte do Centro de Formação Francisco de Holanda, revelam a preocupação com os recursos humanos e o desenvolvimento das competências dos trabalhadores docentes e não docentes.

A Escola disponibiliza informação sobre os processos educacionais e envolve-se em diversas iniciativas, quer internamente, quer externamente. Neste último caso, por exemplo, é de salientar a presença da Escola no relatório sobre o *Estado da Educação de 2010 – Percursos escolares*, do Conselho Nacional da Educação, bem como a sua participação na rede de escolas associadas ao então Conselho Científico para a Avaliação de Professores. A página da escola na *Internet* e o jornal escolar *Trigal* são, entre outros, espaços de divulgação e de comunicação importantes, conhecidos e valorizados.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

Um dos traços mais expressivos e positivos da Escola tem a ver com a existência de processos avaliativos referenciados a diversos objetivos, em muitos casos já adequadamente consolidados, envolvendo dimensões, atores e sectores também diferenciados. Esperar-se-ia, em decorrência disso, encontrar uma estrutura organizacional de coordenação que evitasse a fragmentação, a dispersão ou a sobreposição desses processos. Todavia, apesar da inexistência dessa estrutura, não foram sinalizados problemas ou desarticulações com repercussão organizacional negativa, o que parece traduzir um funcionamento intencional muito próprio neste domínio, baseado, entre outros aspetos, no reconhecimento das especificidades dos processos de avaliação e na sua relativa autonomia. É de salientar o facto (infrequente e insuficientemente justificado) de não haver uma equipa de autoavaliação formalmente constituída, ao qual se sobrepôs a valorização, também discursivamente reiterada, de processos de avaliação decorrentes de outras instâncias, entre as quais a comissão de acompanhamento local do Contrato de Autonomia e o Programa Avaliação das Escolas Secundárias. Não havendo uma equipa formal de autoavaliação, a participação da comunidade educativa, no que poderia dizer respeito a este domínio restrito, não pôde ser confirmada.

Como existem vários procedimentos de avaliação a nível interno, para além das instâncias atrás referidas, são também os órgãos de direção, administração e gestão e as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica que, no âmbito das suas atribuições, monitorizam os processos e se debruçam sobre a interpretação de dados e informações de natureza avaliativa. Todas estas informações suportam decisões adequadas de melhoria sistemática e têm sido orientadas em convergência com os objetivos do projeto educativo e do Contrato de Autonomia.

Em conclusão, reconhecem-se práticas eficazes que têm produzido impacto na melhoria das aprendizagens e nos percursos escolares dos alunos. Ainda que se registem alguns aspetos menos conseguidos, os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, pelo que a classificação do domínio Liderança e Gestão é de **MUITO BOM**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- A evolução das médias das classificações dos exames do ensino secundário em Biologia e Física e Química.
- O reconhecimento da comunidade educativa pelo trabalho da Escola.
- A diversificação das ofertas curriculares e formativas como estratégia para elevar as qualificações da comunidade local e responder às expectativas da população escolar.

- Os múltiplos dispositivos de apoio pedagógico e curricular aos alunos, especialmente àqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- O incremento do ensino experimental e das atividades laboratoriais, no espaço da sala de aula.
- A liderança carismática do diretor, atenta e mobilizadora das lideranças intermédias que tem contribuído para a génese de um espírito de equipa e alcance dos objetivos inscritos no Contrato de Autonomia.
- A forte mobilização da Escola para o alcance dos objetivos e metas do seu contrato de autonomia.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Os resultados em Português e Matemática nos exames nacionais do ensino secundário.
- A articulação com os estabelecimentos de proveniência dos alunos, de forma a garantir-se a sequencialidade das aprendizagens na transição do 3.º ciclo para o ensino secundário.
- O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, enquanto processo de melhoria da qualidade do ensino.
- A aplicação dos critérios de avaliação, previamente comunicados e consensualizados com os alunos.
- A participação de membros da comunidade educativa nos dispositivos de autoavaliação.

Nota da IGEC

Na atividade *Avaliação Externa das Escolas* desenvolvida pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), a equipa de avaliação, na preparação do trabalho a realizar nas escolas, trata um conjunto de dados estatísticos relevantes que constam do *Perfil de escola*, previamente recolhidos junto dos Serviços Centrais do Ministério da Educação e Ciência.

Os dados absolutos recebidos do Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do MEC – MISI permitem elaborar as taxas de transição/conclusão nacionais para cada ano de escolaridade e ciclo de estudos, assim como para obter informação específica sobre a percentagem de alunos: que abandonaram a escola; que anularam a matrícula; ou que ficaram retidos e/ou excluídos por faltas.

No que diz respeito aos dados referentes ao ensino secundário, a IGEC detetou que ocorreu um erro no processamento dos dados e que os valores nacionais das taxas de transição/conclusão obtidos foram inferiores aos que efetivamente se verificaram no ano letivo de 2010-2011.

Nessa sequência foi necessário proceder a alterações no relatório de avaliação externa da Escola Secundária de Caldas das Taipas nos termos seguintes:

Na página 2, onde se lia «*Em 2010-2011 as taxas de transição/conclusão dos 10.º e 11.º anos apresentam valores superiores aos indicadores nacionais de referência, enquanto no 12.º ano apresentam situação inversa.*» passou a ler-se «*Em 2010-2011 as taxas de transição dos 10.º, 11.º e 12.º anos apresentam valores superiores aos indicadores nacionais de referência.*»